



Negócios Iniciativas E se as variáveis do Orçamento do Estado mudarem?

ESPECIAL 14 a 17

Área: 1397cm² / 49%

Tiragem: 16.981

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6770558

NEGÓCIOS INICIATIVAS OE 2020: Crescimento para as Empresas?



O debate moderado pelo diretor do Negócios contou com João Duque, do ISEG, Serena Cabrita Neto, da PLMJ, Frederico Arruda Moreira, da APFIPP, e Isaque Ramos, também da PLMJ.

E se as variáveis do Orçamento virarem ao contrário?

João Duque foi um dos oradores na conferência sobre o OE 2020 promovida pela PLMJ e o Negócios. O professor do ISEG alerta que a conjuntura económica que ajudou os anteriores orçamentos pode mudar e lamenta a falta de estímulo às empresas.

FILIPE S. FERNANDES

Os orçamentos da anterior legislatura beneficiaram de uma conjuntura económica muito favorável e que é difícil de repetir. Mas estas variáveis, como os juros baixos ou o crescimento dos principais destinos das exportações, podem alterar-se subitamente, alertou João Duque, professor catedrático no ISEG, na conferência “OE 2020: Crescimento para as Empresas?”,

uma parceria entre a PLMJ e o Jornal de Negócios que se realizou no passado dia 3, em Lisboa.

“Este Orçamento vai na linha dos anteriores, pois como o próprio documento diz: o OE 2020 dá continuidade à política orçamental iniciada em 2016”, referiu João Duque. Há uma aposta em algo que foi muito favorável: uma conjuntura económica em que “todas as variáveis eram ‘boost’”. “É difícil repetir esta conjuntura em que o dinheiro existia numa abundância ines-

perada, a custo absolutamente extraordinário, as taxas de câmbio eram favoráveis, a energia foi barata, as matérias-primas não representaram um problema, a Europa, para onde exportamos cada vez mais, estava a crescer, tudo corria bem e parecia um sonho”, salientou João Duque, que também é presidente da SEDES.

Mas o complicado é que “de repente podem virar-se todas as variáveis ao contrário e ao mesmo tempo, com exceção do preço

da energia, particularmente o petróleo, que está baixo e com tendência para baixar por causa da crise de crescimento e das tensões entre países produtores de petróleo, e que tem peso significativo na economia portuguesa”.

Receita comprometida é difícil de retirar

Os problemas desta contração económica, que até poderia “gerar maior excedente orçamental” em percentagem do PIB, estão “na captação de receita e na despesa comprometida”, porque, quando se compromete despesa “é muito difícil retirá-la”. Esta é uma questão importante se se quiser atacar o problema do défice estrutural.

O consumo representa mais de 2/3 do PIB, por isso os impostos sobre o consumo tem de facto um peso muito significativo no orçamento, como é o caso do IVA, “que é cada vez mais importante tanto pelo consumo interno como pelos turistas que pagam IVA, recuperam algum mas pagam muito, como o da restauração”.

O turismo é um dos setores que podem ser mais impactados pelo novo coronavírus e a OCDE já veio rever em baixa as estimativas para o crescimento mundial este ano por causa da epidemia.

“Temos um segundo elemento preocupante, que é o arrefecimento das exportações com a queda significativa do PIB, segun-

do a OCDE, dos países para os quais Portugal exporta como a Alemanha, França ou Itália, sem esquecer os efeitos que pode haver em Espanha”, sublinhou João Duque.

Crescimento das empresas em segundo plano

Para o professor catedrático do ISEG, o atual contexto põe em causa o quadro macroeconómico. Previa-se um crescimento de 1,9%, que deverá ser menor, as exportações deveriam crescer 3,2% e referia-se que a procura externa relevante poderia ser de 3,1%.

“Estamos mais dependentes de terceiros, mas nós sabemos isso, e é por isso que a tática orçamental deve ser mais avisada e que, cada vez mais, devíamos olhar para o défice estrutural, que no fundo é o défice sem benefícios de ciclo económico ou medidas extraordinárias”, considera João Duque.

O presidente da SEDES lamenta também a menorização do papel das empresas. “Fica para segundo plano o estímulo às empresas, ao desenvolvimento e ao investimento, e até o investimento público ficou sempre como uma variável de folga”, afirmou.

“Não há uma orientação estratégica. Quando se olha para o lado, o que vemos são os novos países competidores com uma estratégia e uma ação determi-

nada e estão a passar por nós. Dez países do alargamento de 2004 estão a ultrapassar Portugal”, sublinhou João Duque.

Em 2007 Portugal estava em 18.º no ranking do PIB per capita em paridade do poder de compra, com 81% da média da União Europeia. Em 2018, Portugal está em 20.º com 77%. ■

“

Fica para segundo plano o estímulo às empresas, ao desenvolvimento e ao investimento.

JOÃO DUQUE

Presidente da SEDES

Muitos dos pressupostos económicos em que [o Orçamento] se baseia podem estar completamente alterados por este contexto de pandemia.

LUÍS PAIS ANTUNES

Managing partner da PLMJ

”

Realidade do Orçamento mudou com o Covid-19

O Orçamento para 2020 chegou tarde mas nem por isso é mais atual, face às incertezas globais geradas pela pandemia do novo coronavírus.



Luís Pais Antunes, managing partner da PLMJ, considera que o Orçamento “não é amigo da economia”.

“É um Orçamento fora de época porque normalmente os orçamentos não chegam em março. Este chega quatro meses atrasado por razões que têm a ver com o calendário eleitoral, mas nem por isso é um orçamento mais atual”, referiu Luís Pais Antunes, managing partner da PLMJ, na conferência “OE 2020: Crescimento para as Empresas?”, numa parceria entre a PLMJ e o Jornal de Negócios.

É um Orçamento cheio de incertezas pois desconhece-se como será a evolução da economia nos próximos meses, embora existam já alguns sinais preocupantes em termos de projeções de crescimento económico. “Estamos a falar de uma realidade completamente diferente da que era ex-

pectável quando se fez o Orçamento”, prosseguiu Luís Pais Antunes.

O managing partner da PLMJ salientou que a sua execução vai acontecer num ambiente de grande incerteza. “Muitas das previsões orçamentais e dos pressupostos económicos em que se baseia podem estar completamente alterados por este contexto de pandemia de coronavírus em estamos a viver”, disse.

Considerando-se um “não especialista em matérias orçamentais”, Luís Pais Antunes afirmou que “este Orçamento não tem surpresas, o que é logo um má surpresa, porque se há coisas de que Portugal precisava era de um orçamento com alguma surpresa e não com a mesma lógica orçamen-

tal que tem presidido há longos anos”.

Concluiu dizendo que “não é certamente um Orçamento amigo da economia e num contexto de dificuldade como aquele em que necessariamente iremos viver nos próximos meses não é certamente o instrumento mais interessante para ajudar a economia portuguesa”. ■

A produtividade é crítica para Portugal

É esta variável que pode gerar os rendimentos que permitam contrabalançar as despesas com o envelhecimento da população.

Do ponto de vista estrutural o Orçamento 2020 continua na mesma linha dos anteriores orçamentos, desde 2016. Tem

medidas de carácter social de apoio à família, para combater a pobreza, propõe a valorização das pensões mais baixas, maior e melhor inclusão com a deficiência “e só muito para baixo é que se preocupa com a questão de como é que vamos criar rendimento para fazer face a estas medidas, que do ponto de vista da justiça social são sobejamente positivas e necessárias”, disse João Duque. O estímulo e o apoio à modernização das empresas e à criação de emprego, “o que é sempre um problema, mas sem se preocupar muito com a qualidade do emprego”. Se discrimina positivamente o emprego devia ser com base em vetores como a produtividade, defende o professor catedrático do ISEG.

A variável crítica da população

“Não há estímulos certos para uma variável que é crítica, e de que Portugal precisa para resolver o problema que

tem de desajuste entre as despesas e receitas que vai ter com o envelhecimento da população, tanto em termos de pensões como de serviços de saúde, versus o que é a sua população ativa para promover o rendimento que, do ponto de vista coletivo, possa depois ser redistribuído para garantir o SNS e as pensões”, sublinhou João Duque.

“Há uma variável crítica que Portugal deixou passar que era a da população, em que não foi feito nada, embora agora no Orçamento se vá fazendo medidas esparsas, mas não há cultura de país para estas questões”, salientou. Agora é a vez da variável crítica da produtividade, que não está a ser estimulada, “mas que se devia começar já, acabando por ser um orçamento que não pensa no futuro, exceto o eleitoral, mas não do ponto de vista do futuro do país”.

João Duque sublinhou ainda que o OE

2020 ignora o mercado de capitais. “Um orçamento de um país que se imagina feito fora do mercado de capitais é um bocado estranho, porque não há qualquer relação com a poupança nem como a forma como se financia o investimento das empresas. É como se o mercado de capitais não existisse.” ■

1,9%

CRESCIMENTO DO PIB

O Orçamento do Estado para 2020 assenta numa previsão de crescimento da economia de 1,9% e prevê um excedente de 0,2% do PIB.